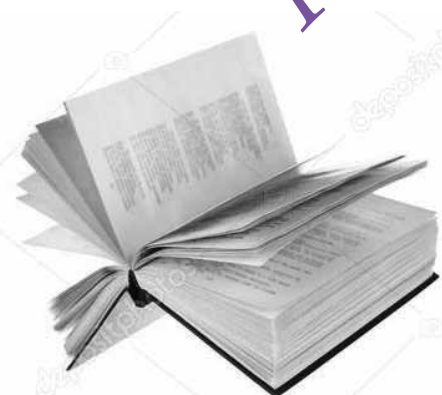


# Tradução em debate:

*disputas pela história  
literária de Portugal entre  
Robert Southey e  
João Guilherme Cristiano Müller*



Robert Southey. S./d., fotografia (detalhe).

*André da Silva Ramos*

Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).  
andramos7@gmail.com

\*Agradeço à Capes pelo financiamento da pesquisa. Agradeço especialmente ao professor Valdeci Lopes de Araújo pela orientação da pesquisa e a Thamara de Oliveira Rodrigues pela leitura. Dois estágios de pesquisa foram fundamentais para a posterior redação deste artigo. Primeiramente, durante os meses de outubro e novembro de 2012, realizei um estágio de pesquisa na Biblioteca Nacional de Lisboa, financiado pela Cátedra Jaime Cortesão (USP)/Instituto Camões. Nessa oportunidade, também pude ampliar meus debates sobre a cultura histórica portuguesa com o professor Sérgio Campos Matos na Universidade de Lisboa, a quem sou grato pela acolhida, assim como à Cátedra Jaime Cortesão (USP)/Instituto Camões. Na sequência, realizei estágio de doutorado sanduíche na Stanford University, no ano acadêmico de 2015-2016, sob a orientação do professor Hans Ulrich Gumbrecht, e pude contar também com a sua generosa leitura a deste texto. Aproveito para agradecer ao financiamento do estágio pela Fulbright/Capes.

<sup>1</sup> Cf. ABREU, Marcia e DEACTO, Marisa Midori. *La circulación transatlántica de los impresos [resource électronique]: connexions*. Campinas: Unicamp/IEL/Secteur des Publications, 2014. Cf. SEBASTIÁN, Javier Fernández. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, e RAMOS, André da Silva e RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Narrativas sobre a experiência da história contemporânea do Império Luso-Brasileiro: Hipólito da Costa e Francisco Solano Constâncio (1808-1810). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 463, Rio de Janeiro, abr.-maio-jun. 2014.

<sup>2</sup> Cf. WITHERS, Charles. *Placing the enlightening*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, BURKE, Peter e PO-CHIA HSIA, R. (orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, e STOCKHORST, Stefanie. *Cultural transfer through translation*. Amsterdam-New York: Rodopi, 2010.

## Tradução em debate: disputas pela história literária de Portugal entre Robert Southey e João Guilherme Cristiano Müller\*

Translation in debate: disputes over Portuguese literary history between Robert Southey and João Guilherme Cristiano Müller

André da Silva Ramos

### RESUMO

Neste artigo, apresento as disputas pela história literária de Portugal pelos letrados Robert Southey e João Guilherme Cristiano Müller a propósito da tradução de “Extratos em português e em inglês, com as palavras propriamente acentuadas para facilitar o estudo daquela língua”, publicado originalmente por Southey no periódico britânico *Quartely Review*, em 1809. João Guilherme Cristiano Müller traduziu o texto para o português em 1810, intitulando-o *Memória sobre a literatura portuguesa*. A partir da análise dos contextos de enunciação de ambos os textos em suas respectivas versões em inglês e português, exploro os horizontes de significação da história literária portuguesa e as disputas políticas, historiográficas e literárias entre os letrados, que enfrentavam o desafio comum da aceleração do tempo histórico e crise das representações em meio às guerras napoleônicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da historiografia; História de Portugal; tradução.

### ABSTRACT

This article presents the disputes over Portuguese literary history between two men of letters, Robert Southey and João Guilherme Cristiano Müller. These disputes concern the translation of “Extratos em português e em inglês, com as palavras propriamente acentuadas para facilitar o estudo daquela língua”, originally published by Southey in the magazine *Quartely Review*, in 1809. João Guilherme Cristiano Müller translated the text into Portuguese in 1810, under the title of *Memória sobre a literatura portuguesa*. Based on the analyses of the discursive context of both texts in their respective versions in English and Portuguese, I explore the semantic horizon of the Portuguese literary history and political, historiographical and literary disputes between these men of letters who face the common challenge of acceleration of historical time and crisis of representation during the Napoleonic wars.

**KEYWORDS:** History of historiography; History of Portugal; translation.



A partir de diferentes perspectivas de análise, estudos historiográficos contemporâneos têm apontado como a circulação de impressos e de vocabulários políticos foi fundamental para a dinamização de processos transnacionais de modernização.<sup>1</sup> Nesse amplo cenário, a tradução de textos desempenhou função central.<sup>2</sup> O propósito deste estudo é contribuir para a compreensão desses processos transnacionais de modernização da experiência, evidenciando como suas dinâmicas específicas se inseriram em um fenômeno global através da tradução. Tendo como eixo interlocutor o ensaio do letrado britânico Robert Southey (1774-1843), “Extratos em português e em inglês, com as palavras propriamente acentuadas

para facilitar o estudo daquela língua”, publicado em língua inglesa no periódico *Quartely Review*, em 1809, e sua recepção no mundo lusófono em português, analiso como a tradução no início do século XIX foi um meio de comunicação que possibilitou a disputa de compreensões sobre processos e eventos. A intenção consiste em demonstrar os desafios que Southey e os seus interlocutores em Portugal, os letrados membros da Academia Real de Ciências de Lisboa, enfrentaram em face da impossibilidade de reduzir a experiência da história de Portugal a uma narrativa unívoca e harmônica.

Pretendo abordar em um primeiro momento como, ao se propor a narrar os progressos literários de Portugal ao longo das épocas, o letrado britânico comparou as obras de letrados portugueses com os de outras nações europeias, demonstrando tanto a grandiosidade literária dessa nação no passado, quanto predicando sua pretensa inferioridade no presente, levando em conta a atuação da Inquisição. Será explorado como as enunciações de Southey emergiram envolvidas em uma perspectiva metanarrativa ambivalente, que possibilitava a oscilação entre o reconhecimento da alteridade e a sua negação. Em um segundo momento, visando abordar a recepção do texto de Southey em Portugal por meio da tradução de João Guilherme Cristiano Müller (1752-1814), intitulada *Memória sobre a literatura portuguesa*, exploro como letrados membros da Academia Real de Ciências pretendiam tanto compreender criticamente a experiência da história literária de Portugal em perspectiva diacrônica, diante das demandas por progressos estabelecidas pelas políticas reformistas ilustradas, quanto visavam criticar as enunciações de letrados estrangeiros que escreviam sobre o reino, afirmando, assim, o valor das suas instituições.

Pretendo analisar a partir deste estudo de caso como as traduções contribuíram para a consolidação da modernização da experiência na virada do século XVIII para o XIX, fenômeno impulsionado pelas múltiplas tensões entre espaços de experiências e horizontes de expectativas, segundo as categorias metahistóricas de Reinhart Koselleck<sup>3</sup>, ou pela autoconsciência da ampliação da distância histórica entre presente e passado, como analisa Mark Salber Philips ao focar o contexto britânico.<sup>4</sup> Essas fissuras na experiência do tempo exploradas pelos referidos autores emergiram conectadas a perspectivas metanarrativas sobre o processo histórico, que foram sistematizadas em macronarrativas ilustradas de formação no século XVIII. Tomando por base a obra *Decline and fall* de Edward Gibbon (1737-1794), J. G. A. Pocock analisa como o compartilhamento de uma estrutura macronarrativa por letrados de diversas nacionalidades possibilitou que a experiência histórica europeia fosse interpretada como um processo que evoluiu da “barbaridade” e “superstição religiosa” à pretensamente superior sociedade comercial europeia setecentista.<sup>5</sup>

Entretanto, apesar de partirmos da pregnância transnacional dessa estrutura discursiva, que enredou diversas temporalidades e espacialidades entre a Europa e a América, pretendo demonstrar também as suas fissuras.<sup>6</sup> Ao evidenciar como as traduções da experiência da história do outro desnudavam uma multiplicidade de possibilidades de se narrar eventos e processos, a intenção será analisar a resistência oferecida pelos perspectivismos à redução dos fenômenos a uma representação unívoca e harmônica. Verificaremos como a experiência da história literária de Portugal foi narrada envolvida em impasses que ofereciam resistências à reivindicação de uma verdade última em face ao vigor dos múltiplos pontos de vista.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Ver KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas: duas categorias históricas. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

<sup>4</sup> Ver PHILIPS, Mark. *Society and sentiment*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

<sup>5</sup> Ver POCOCK, J. G. A. *Barbarism and religion: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

<sup>6</sup> Cf. ARAUJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2008, MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. São Paulo: Paco, 2013, RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a experiência da História de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFOP, Mariana, 2013, e RODRIGUES, Tamara de Oliveira. *A Independência de Portugal: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio*. Dissertação (Mestrado em História) – UFOP, Mariana, 2014.

<sup>7</sup> Para um aprofundamento sobre a radicalização dos perspectivismos no século XVIII e sua coexistência com as filosofias da história, ver KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história. In: *Futuro passado, op. cit.*, e GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de ‘depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora? In: ARAUJO, Valdeí et al. (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>8</sup>Em 1794, Southey, juntamente com Coleridge, planejou a criação de uma sociedade comunal na Pensilvânia, denominada Pantisocracia. Esta utopia foi abandonada no ano 1795, no contexto da ida de Southey para Portugal. Southey também foi um entusiasta da Revolução Francesa, porém, em meio à violência desencadeada no decorrer dos eventos na década de 1790 e à velocidade dos acontecimentos políticos no contexto revolucionário, tornou-se difícil, segundo Speck, identificar precisamente o posicionamento político de Southey, pois se os periódicos britânicos o viam como um jacobino, o próprio letrado acreditava-se mais próximo do ideário girondino. Ver SPECK, W. A. *Robert Southey: entre man of letters*. New Haven: Yale University Press, 2006, *passim*.

<sup>9</sup>Cf. CABRAL, Adolfo. *Southey e Portugal: aspectos de uma biografia literária (1774-1810)*. Lisboa: P. Fernandes, S. A. R. L., 1959, e CASTANHEIRA, Maria Zulmira. *Speaking in portuguese and writing in english. Representações de Portugal na obra de Robert Southey*. In: SARMENTO, Carla (org.). *Diálogos interculturais*. Porto: Vida Económica, 2011.

<sup>10</sup>SOUTHEY, Robert. *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France 1838*. Oxford: Clarendon Press, 1960, p. 144.

## Robert Southey e a divulgação da literatura portuguesa na Grã-Bretanha

Robert Southey viajou em duas oportunidades para Portugal, a primeira entre 1795 e 1796, e a segunda entre 1800 e 1801, e tais estadias permitiram ao letrado a publicação de obras como o relato de viagens *Letters written during a short residence in Spain and Portugal* (1797) e a reedição em língua inglesa de romances de cavalaria ibéricos como o *Amadis de Gaula* (1803), o *Palmerin da Inglaterra* (1807) e o *El Cid* (1808). A ampla divulgação dessas obras em resenhas nos periódicos britânicos foi fundamental para o reconhecimento de Southey em meio aos seus contemporâneos como um arguto conhecedor das questões historiográficas e literárias que diziam respeito à Península Ibérica. Nos anos correspondentes às guerras peninsulares, Southey ocupou-se com a narrativa dos eventos contemporâneos que abalavam a Europa na *History of Europe*, publicada nas páginas da *Edinburgh Annual Register*, entre 1810 e 1813. Simultaneamente, o letrado publicou o primeiro tomo da *History of Brazil*, em 1810, e se empenhou na pesquisa e composição dos demais, lançados, respectivamente em 1817 e 1819.

Entre 1800 e 1801, Southey constituiu uma ampla rede de contatos em Portugal, fato que não ocorrera na sua estadia compreendida entre 1795 e 1796. Antes, Southey pouco se sociabilizou em Portugal. Foi para aquele país contra a sua vontade, ao ser convencido pelo tio, Herbert Hill, que era capelão da marinha britânica em Lisboa. A intenção de Hill com a viagem do sobrinho foi a de afastar o jovem do entusiasmo por posicionamentos políticos radicais que ele então cultivava.<sup>8</sup> Entretanto, a segunda estadia em Lisboa foi almejada por Southey devido aos seus planos de composição de uma obra monumental, a *História de Portugal*. A diferença entre as duas estadias se evidencia especialmente com a publicação, em 1797, da obra de Southey a propósito da primeira viagem, as *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. Nela, com o relato de excursões, de ensaios histórico-literários, de traduções de poesias, de excertos de obras de letrados lusos e hispânicos contemporâneos, Southey buscou demonstrar quanto o atraso e a decadência das nações ibéricas eram desagradáveis. Contudo, após retornar para a Grã-Bretanha e iniciar a atividade de resenhista de obras relacionadas à cultura histórico-literária ibérica, Southey expandiu sua erudição e o conhecimento das respectivas línguas. Logo, a possibilidade de se estabelecer como um estudioso dos assuntos ibéricos foi decisiva, tanto para a suavização das suas perspectivas excessivamente depreciativas sobre essas nações, quanto para seu retorno a Portugal.<sup>9</sup>

Em sua segunda permanência em Portugal, Southey valeu-se das recomendações do tio e do letrado britânico residente no país, John Bell, para tecer uma ampla rede de contatos, fundamental para o acesso a obras raras e aos arquivos nacionais. Dentre os letrados renomados que Southey conheceu em Lisboa, destaca-se João Guilherme Cristiano Müller, o também acadêmico e bibliotecário responsável pela Biblioteca Nacional, Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818), e o lexicógrafo Agostinho José da Costa Macedo (1745-1822). Southey demonstrou-se grato por Müller “ter procurado para mim acesso aos manuscritos depositados na biblioteca, e eu espero através dele uma introdução ao desembargador [Antonio Ribeiro dos Santos], meu vizinho, bibliotecário chefe, um curioso da poesia da nação, e cuja coleção é rica com transcrições das bibliotecas jesuítas”.<sup>10</sup> Semelhante apreciação foi estendida a Macedo, que lhe facultou o acesso

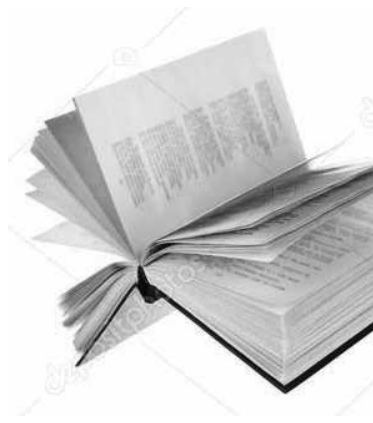


à documentação da Inquisição e demonstrou-se um “homem inteligente, - mais ansioso a falar livremente do que eu estava encorajado a forçar. Ele não se alarmaria ao ver me empenhado sobre os anais que ele abomina religiosamente tanto quanto eu”.<sup>11</sup>

Southey procurou beneficiar-se do auxílio dos letrados portugueses que podiam lhe facultar acesso à documentação e bibliografia a ser empregada na composição da *História de Portugal*. A boa recepção deles, relatada por Southey, indica a confluência de interesses entre ambas as partes. Segundo o letrado britânico, a “Academia [Real de Ciências] facilitou muito meu trabalho ao publicar muitas das suas crônicas antigas em um preço passível de compra, como também as leis de Portugal”.<sup>12</sup> Tais elogios foram estendidos à Universidade de Coimbra, que também “agiu muito sabiamente” ao editar as “Ordenações de Afonso 5<sup>o</sup>”.<sup>13</sup>

Apesar da confluência de interesses literários e historiográficos com os letrados portugueses, Southey não deixou de estar em contato permanente com seus congêneres britânicos para discutir o provável alcance das vendas que a *História de Portugal* poderia alcançar e a sua validade histórico-literária. Com relação à recepção, Southey não esperava angariar os mesmos lucros que grandes nomes como Edward Gibbon (1737-94), William Roscoe (1753-1831) e William Robertson (1721-93), porém ansiava obter reconhecimento e ganhos substanciais.<sup>14</sup> Para tanto, ele nutria a preocupação de adequar a linguagem da sua obra ao gosto do público letrado britânico ao transpor para o inglês os eventos passados de Portugal, compilados especialmente a partir dos cronistas desse reino. Sua preocupação não era reduzir a linguagem dos cronistas portugueses às narrativas “amaneiradas” de letrados contemporâneos como Gibbon, David Hume (1711-76) e Samuel Johnson (1709-84), o que tornou necessário encontrar outros equivalentes para realizar essa transposição. Southey avaliava os cronistas portugueses como os melhores de toda a Europa. Em face da dignidade dessas fontes fundamentais para a composição de uma história erudita e filosófica, optou por transpor tal grandiosidade para o inglês tendo como referencial de linguagem a “sóbria imponência” de Lord Bacon (1561-1626) e a “poderosa força” de Milton (1608-74) e Jeremy Taylor (1613-67), julgados por ele como superiores aos “maneirismos” literários dos letrados do século XVIII.<sup>15</sup> Diante do projeto de Southey, Samuel Coleridge não teve dúvidas ao afirmar que “[d]e sua História de Portugal eu antecipo grandes coisas, pois este é um nobre objeto e de certa venda”.<sup>16</sup>

Todavia, se, ao refletir sobre a forma mais adequada para a composição da obra, Southey almejou resguardar o caráter nacional português condensado na linguagem dos cronistas, não se pode considerar que o empreendimento historiográfico do letrado foi motivado somente pela compreensão das especificidades histórico-literárias do reino. Ora, a compreensão de Portugal como uma especificidade estava envolvida em julgamentos filosóficos que dizia respeito não somente a quanto essa nação favoreceu o desenvolvimento de toda Europa no passado, mas também em que medida ela era uma ameaça ao presente. Demonstrar como a ascensão do catolicismo poderia provocar a decadência da Grã-Bretanha foi o maior objetivo de Southey no texto “Tracts on the spanish and portuguese Inquisitions”, publicado na *Quartely Review*, em 1812. Apesar de ele conferir importância à Igreja Romana no processo de formação da Europa, avaliando positivamente sua importância no favorecimento ao estabelecimento de povos aventureiros em reinos, no seu entender a intolerância católica



<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 145 e 146 [1801].

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 138 [1801].

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 119 [1801].

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 149. [1801].

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 162 [1801].

<sup>16</sup> COLERIDGE, Samuel *apud* CABRAL, Adolfo, *op. cit.*, p. 70.

<sup>17</sup> Ver SOUTHEY, Robert. Tracts on the spanish and portuguese Inquisitions. *The Quartely Review*, v. VI, London, Printed by D. & G. Bruce, oct.-nov., 1811.

<sup>18</sup> Ver ANDREWS, Suart. *Robert Southey: history, politics and religion*. New York: Palgrave, 2011.

<sup>19</sup> Ver DUGGETT, Tom. *Gothic romanticism: architecture, politic, and literary form*. New York: Palgrave, 2010, p. 122.

<sup>20</sup> Ver RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a experiência da História de Portugal*, op. cit.

<sup>21</sup> "Portugal had excellence laws, and a constitution, the restoration of which might satisfy the most enlightened of her patriots; but her laws and her constitution had long been suspended by a stupid despotism, and the noble character of the people seemed to be suspended with them. In every department, from the highest to the lowest, the rankest abuses prevailed; and had it not been for the activity which was kept alive by their commercial relations, the institutions of the realm were in such a state, that the Portuguese would soon have ceased to be ranked among civilized nations. Yet such are the effects of commerce, that it was as improving country, in spite of its government, its idolatry, its inquisitions, the degeneracy of the higher ranks, the decay of learning, and all the other evils attendant upon the total loss of liberty". SOUTHEY, Robert. *The history of Europe*, 1810. *Edinburgh Annual Register, for 1810*, v. third – part first. Edinburgh, John Ballantyne, 1812, p. 418.

<sup>22</sup> Ver GAMER, Michael. Gothic fiction and romantic writing in Britain. In: HOGLE, Jerrold. *Gothic fiction*. Cambridge: University Press, 2002.

<sup>23</sup> Ver SOUTHEY, Robert. *The history of Europe*, 1811. *Edinburgh Annual Register, for 1810*, v. fourth – part first. Edinburgh, John Ballantyne, 1813, p. 256.

poderia reascender as guerras de religião na Grã-Bretanha.<sup>17</sup> Nesse sentido, Southey identificava a intolerância como uma característica intrínseca ao catolicismo, o que foi decisivo para sua oposição veemente à emancipação católica na Grã-Bretanha, ou seja, à possibilidade dos católicos serem elegíveis ao parlamento.<sup>18</sup>

Contudo, enquanto Southey participava ativamente dos debates relativos à emancipação católica, explorando a história das nações ibéricas como um contraexemplo, as guerras peninsulares ensejaram a tessitura de enunciações comprometidas em recuperar elementos positivos do passado ibérico. Em 1808, Southey compilou uma versão do romance de cavalaria hispânico *El Cid* para o inglês; um dos seus objetivos era reatualizar o vigor gótico e as tradições constitucionais ibéricas naquela época, valores concebidos como fundamentais nas guerras contra Napoleão.<sup>19</sup> Simultaneamente à tradução do *El Cid*, que implicou a compilação de diversos manuscritos, Southey trabalhava em sua *História de Portugal* e verificava quão semelhantes eram os costumes e instituições de portugueses e espanhóis no contexto da ocupação mulçumana.<sup>20</sup>

No periódico *Edinburgh Annual Register*, Southey narrou as Guerras Peninsulares na *The History of Europe*, na qual a ambivalência das suas enunciações pode ser evidenciada, pois, simultaneamente, ele explorou o atraso e a decadência das instituições e leis portuguesas, que estariam em conexão com elementos negativos do passado, ao passo que também enfatizou a necessidade de restauração de positivos princípios constitucionais antigos:

*Portugal tinha excelentes leis e uma constituição, a restauração da mesma poderia satisfazer o mais ilustrado dos seus patriotas; mas suas leis e sua constituição foi suspensa há muito tempo por um despotismo estúpido, e o caráter nobre do povo parece ter sido suspenso com ela. Em todo departamento, dos altos aos baixos, os abusos grosseiros prevalecem, e se não tivesse sido pela atividade que foi guardada viva por suas relações comerciais, as instituições do reino estariam em tal estado, que os portugueses rapidamente teriam cessado de serem ranqueados em meio às nações civilizadas. No entanto, tais são os efeitos do comércio, que o país foi melhorando, apesar do seu governo, idolatria, inquisição, degeneração das classes elevadas, a decadência do aprendizado, e todos os outros males concomitantes à total perda da liberdade.*<sup>21</sup>

Perante as ambivalências que cercavam a retomada do passado das nações europeias nesse contexto, ou seja, a pluralidade de significados negativos e positivos atribuídos às raízes medievais<sup>22</sup>, Southey não deixou de ressaltar a grandiosidade da herança gótica lusitana, contrapondo-a às barbaridades contemporâneas realizadas pelo exército Napoleônico.<sup>23</sup> Dessa forma, à medida que elementos do passado grandioso da nação portuguesa eram passíveis de restauração, a decadência em vigor no presente e suas conexões pretéritas deviam ser expurgadas.

Essa perspectiva metanarrativa ambivalente atravessou as enunciações do letrado britânico presentes no ensaio publicado na *Quartely Review*, em 1809, intitulado "Extratos em português e em inglês, com as palavras propriamente acentuadas para facilitar o estudo daquela língua". Nele, Southey traçou os progressos da história literária portuguesa de maneira sucinta, o "esboço geral" conveniente aos "limites de uma resenha", que se achava suficiente em "satisfazer a curiosidade" de "muitas pessoas", "desejosas de obterem alguma informação a respeito desta literatura",

tendo em vista que após o bloqueio Napoleônico as relações entre Grã-Bretanha e Portugal tornaram-se próximas como “jamais tinham sido”.<sup>24</sup> Esse interesse público na história literária de Portugal justificava-se pela demanda da demonstração das similaridades e assimetrias entre o percurso histórico-literário português e britânico.

Visando demonstrar as semelhanças entre as histórias literárias das duas nações, Southey escreve que “em alguns aspectos, Sá de Miranda pode ser considerado como o Surrey da língua portuguesa”, pois “tomou mais liberdades com a linguagem, produzindo um último efeito sobre ela”. Esses letrados, segundo Southey, encontraram suas respectivas línguas nacionais em um “estado instável”, contribuindo notavelmente para o desenvolvimento delas. Tal mérito não poderia ser atribuído aos autores do século XVII e XVIII, como se fazia na Grã-Bretanha com “ignorância e absurdidade” acerca das contribuições de Edmund Waller (1606-1687) e Alexander Pope (1688-1744). Para Southey, escrever sobre a literatura portuguesa significava realizar combates por um cânone literário europeu cosmopolita, cujas raízes nutriam suas forças nos séculos XIV, XV e XVI, e se diferenciava do neoclassicismo do século XVIII.

*Se estes autores, que são considerados como os pais da poesia portuguesa, são absolutamente indignos de serem comparados com Dante e Chaucer, deve ser lembrado que Dante ainda permanece sem rival e inalcançável em meio aos italianos, e exceto Shakespeare e Milton (que estão acima de todos os outros homens, tanto antigos, quanto modernos,) a Inglaterra não produziu nenhum poeta de tão grande poder como Chaucer. Não foi nenhum mérito insignificante Sá de Miranda e Ferreira escreverem em sua língua mãe, pois o Latim era então a linguagem epistolar e coloquial dos eruditos, e nos dialetos vernáculos não existia nenhuma frase convencional de poesia, nenhuma trilha batida que o imitador poderia caminhar.*<sup>25</sup>

Ora, se os pais da língua portuguesa não eram tão grandiosos quanto Dante, Chaucer, Shakespeare e Milton, eles deviam ser reverenciados por superarem os antigos ao optarem por escrever nas línguas vernáculas. No entanto, se Portugal não teve os melhores poetas, podia se orgulhar de ter o melhor historiador. Para Southey, “ao se tratar de história nacional os portugueses são quase incomparáveis”, porque nos tempos das disputas feudais, nos quais as “realizações” dos lusos “foram mais extraordinárias que aquelas de qualquer outro povo, eles produziram historiadores valerosos para narrá-las”. Assim, “nenhum outro país produziu tal série de excelentes crônicas”. Com efeito, Southey exalta seu cronista preferido:

*Fernão Lopes, o primeiro na ordem do tempo, esta além de toda comparação, o melhor cronista de qualquer era ou nação. A matéria do seu grande trabalho é a bem sucedida luta de Portugal contra Castela, sob o protetor João, posteriormente João de Boa Memória. Nunca teve um historiador tema mais interessante: em seu estilo ele tinha toda a beleza e vivacidade de Froissart, tendo a vantagem de uma matéria completa em si mesma, de uma linguagem nobre, de uma mente poética, e de sentimentos patrióticos.*<sup>26</sup>

Fernão Lopes sintetizava o que houve de melhor na Idade Média em Portugal, o que não implicou uma idealização dessa época por Southey, pois, se o cronista merecia aplausos, outros letrados contemporâneos a ele deveriam ser criticados, já em suas obras podiam se encontrar “passagens

<sup>24</sup> SOUTHEY, Robert. Extratos em português e em inglês; com as palavras portuguesas propriamente acentuadas, para facilitar o estudo d'aquella Lingoa. *The Quarterly Review*, n. II, New York, reprinted for Erza Sargeant, 1809, p. 235.

<sup>25</sup> “If these writers, who are considered as the fathers of Portuguese poetry, are utterly unworthy to be compared with Dante and Chaucer, let it be remembered that Dante still remains unrivalled and approached among the Italians, and that except Shakespeare and Milton (who are above all other man, as well ancients as the moderns,) England has produced no poet of greater power than Chaucer. It was no trifling merit in Sa de Miranda and Ferreira to write in their mother tongue, for Latin was then the epistolary and colloquial language of the learned, and in the vernacular dialects there were no conventional phrases of poetry, no beaten track that imitator might tread”. *Idem, ibidem*, p. 240.

<sup>26</sup> “Fernan Lopes, the first in order of time, is beyond all comparison the best chronicler of any age or nation. The subject of his greatest work is the successful struggle of Portugal against Castille, under protector Joam, afterwards King Joam of Good Memory. Never had historian a more interesting theme: in his style he has all the beauty and vividness of Froissart, and he has the advantage of a subject complete in itself, of a nobler language, of a poet's mind, and of a patriots feeling”. *Idem, ibidem*, p. 252.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 241.

<sup>28</sup> *Idem ibidem*, p. 243.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 252.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 248.

<sup>31</sup> Utilizei o nome do letrado da forma como ele o assina em seus textos em português. É necessário ressaltar que o nome João Guilherme Cristiano Müller é uma adaptação do seu nome germânico Johann Wilhelm Christian Müller.

de impressionante beleza”, ao lado das “mais frequentes” “sentenças de absurdo extraordinário”.<sup>27</sup> Portanto, os momentos mais grandiosos da história literária de Portugal não foram idealizados pelo letrado britânico e sim contextualizados em relação à literatura em vigor nas demais nações da Europa. Southey prossegue seu ensaio expondo a degradação do estado da literatura nacional após a restauração da casa de Bragança. Para ele, as letras em Portugal continuaram em estado de decadência, mesmo após a separação da Espanha, porque o “gosto literário de toda a Europa tinha sido corrompido” no século XVII. Essa situação, a seu ver, se agravou em Portugal, na medida em que os poetas desse país passaram a trocar “as antigas palavras por novas de derivação francesa [...] barbarizando sua própria nobre língua por introduzir este idioma”.<sup>28</sup>

Esforços eram feitos, então, para superação da decadência constatada pelo autor, porém, em Portugal, a liberdade de imprensa era obstada pela Inquisição, o que impossibilitava que os valorosos empreendimentos individuais se disseminassem pela população. Sendo assim, mesmo exaltando o empenho da Academia Real de Ciências, Southey colocou em destaque a decadência da literatura nacional, corrompida pela Inquisição. Esta instituição “não era mais o que fora outrora”, ou seja, “uma associação para queimar pessoas sob a falsa acusação de judaísmo, para tomar posseção de suas propriedades”, mas continuava a exercer o controle sobre a imprensa, algo “fatal para toda liberdade política, pois previne a possibilidade de ilustração do povo”.<sup>29</sup> Logo, levando em conta os obstáculos à liberdade de imprensa, a literatura não podia avançar, pois “é apenas em meio às nações livres e iluminadas que grandes trabalhos de imaginação ganham existência, ou podem ser produzidos”.<sup>30</sup> Por tal razão, se para Southey de algum modo o passado da literatura de Portugal poderia evocar instrução e deleite por ser análogo à grandiosidade dos feitos literários empreendidos em outras nações da Europa, o presente apresentava-se em descompasso com o progresso verificado na Grã-Bretanha, sendo necessário que fosse narrado como um exemplo a ser evitado.

### **A primeira recepção de Southey em língua portuguesa**

João Guilherme Cristiano Müller<sup>31</sup> leu na secção da Academia Real de Ciências, no dia 7 de julho de 1810, o texto “Memória sobre a literatura portuguesa”, uma tradução para a língua portuguesa do ensaio escrito por Southey, “Extratos em português e em inglês, com as palavras propriamente acentuadas para facilitar o estudo daquela língua”. Tal tradução, feita por Müller, foi acompanhada de um prefácio e vinte e quatro notas de fim, que tiveram por objetivo explicar, matizar ou criticar as enunciações de Southey em questões relativas à história literária portuguesa e britânica. A publicação do texto viria a acontecer em 1814.

Apesar de, na tradução, Müller não identificar Southey como o autor do ensaio, publicado originalmente em anonimato na *Quartely Review*, alguns indícios apontam que o censor régio conhecia o autor. Primeiramente, Müller menciona no prefácio que a erudição do escritor justificava-se provavelmente por uma longa residência em Portugal, podendo ser essa uma sutil menção às duas estadias de Southey naquele país. Segundo, ele também residiu na Grã-Bretanha, entre 1804 e 1806, o que lhe facultou a familiarização com as produções bibliográficas e resenhas periódicas publicadas em língua inglesa, muitas delas citadas em algumas das notas de





fim.<sup>32</sup> Provavelmente, Müller acompanhou o crescimento da popularidade dos escritos de Southey, que em 1803 editou em língua inglesa o romance de cavalaria *Amadis de Gaula*. No prefácio ao romance o letrado britânico argumentou de forma erudita que o original fora escrito pelo português Vasco de Lobeira (?-1403).<sup>33</sup> De maneira semelhante, na nota de fim número dez do ensaio traduzido, Müller também atribuiu a Vasco de Lobeira a autoria do *Amadis de Gaula*.<sup>34</sup>

Como dito acima, Southey e Müller conheceram-se pessoalmente em Lisboa em 1800. Müller ajudou o letrado britânico na procura de acesso aos manuscritos da Biblioteca Nacional e na ampliação das suas redes de contatos. A atividade de censor exercida por Müller foi colocada em destaque por Southey em carta enviada em novembro de 1800 a William Taylor:

*Obtenho acesso através de um dos censores de livros aqui, um ex-pastor alemão, que se alistou no serviço católico, professando uma fé com a mesma sinceridade que pregou a outra, - um homem laborioso, erudito, e cabeça dura, curioso o suficiente para preservar suas resenhas autorizadas de tudo que é permitido ser impresso ou vendido em Portugal. Estas resenhas eu tenho visto e por meio delas me familiarizado com o que é trazido à luz.*<sup>35</sup>

Ao que tudo indica, um dos motivos centrais para João Guilherme Cristiano Müller dar auxílio ao letrado britânico era o interesse da Academia Real de Ciências na escrita de uma história erudita e filosófica de Portugal. Antonio Caetano do Amaral (1747-1819) enunciou na Academia, em 1780, seu projeto de escrever uma História de Portugal. No entanto, apesar da escrita de diversas memórias, nunca finalizou a obra. A perspectiva assumida por Caetano do Amaral em seu projeto de uma história da sociedade civil portuguesa muito se assemelhava com o que foi realizado por David Hume na *The history of England* (1754-1761). O objetivo principal do acadêmico era compreender historicamente o desenvolvimento do “gênio” do povo. Nesse sentido, ele pretendia demonstrar para o leitor como Portugal progrediu da “barbaridade” e “ignorância” que “semearam entre nós no tempo das trevas” ao posterior estabelecimento da “cultura das letras” e “polidez dos costumes”.<sup>36</sup> De forma análoga a Caetano do Amaral, o acadêmico abade José Correa da Serra (1750-1823) era um entusiasta da escrita de uma história erudita e filosófica. O letrado apontava em uníssono com Caetano do Amaral a insuficiência das narrativas dos cronistas para a compreensão dos progressos da história de Portugal ao longo do tempo. Perante os trabalhos de uma comissão da Academia dedicada ao labor historiográfico, empenhada em editar crônicas, documentos e escrever memórias eruditas sobre a história do reino e seus domínios ultramarinos, Correa da Serra tinha a expectativa que uma “pena guiada pela razão, e pelo bom gosto, poderá expor à nossa vista, a complicada série das ações passadas, e explicar-nos com clareza, as causas que as motivaram, e os efeitos que delas se seguiram, de modo que a nós sejam de proveito, e à posteridade de ensino”.<sup>37</sup>

Apesar dos esforços empreendidos, a Academia não publicou uma história erudita e filosófica de Portugal. Provavelmente, a necessidade de suprir parcialmente essa lacuna ensejou a publicação da História de Portugal presente no projeto editorial britânico da *Universal History*.<sup>38</sup> Antonio de Moraes Silva (1757-1824) foi o responsável por compilar uma versão em língua portuguesa da História de Portugal a partir de uma tradução do

<sup>32</sup> Ver D' ARAGÃO MORATO, Francisco Manoel Trigozo. Elogio histórico de João Guilherme Christiano Müller. In: *História e memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, tomo IV, parte II, 1816, p. 70 e 71.

<sup>33</sup> Ver SOUTHEY, Robert. Preface. In: *Amadis of Gaul by Vasco Lobeira*. London: printed by N. Biggs, Crane-Court, Fleet-Street, Fort T. N. Longman and O. Rées, Paternoster Row, v. 1, 1803.

<sup>34</sup> Ver MÜLLER, João Guilherme Cristiano. *Memória sobre a literatura portuguesa*. S./l.: João Guilherme Cristiano Müller ed., 1814 (traduzida do inglês com notas ilustradoras do texto).

<sup>35</sup> “I obtain access through one of the censors of books here, an ex-Germain divine, who enlisted in the Catholic service, professing the one faith with the same sincerity that he preached the other, - a strong-headed, learned and laborious man, curious enough to preserve his authoritative reviews of all that is permitted to be printed or sold in Portugal. These Reviews I have seen, and by this means become acquainted with what is brought to light”. SOUTHEY, Robert, *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France 1838*, op. cit., p. 140.

<sup>36</sup> AMARAL, Antonio Caetano do. Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa, apresentado na Academia das Ciências na Assembleia de 19 de Julho de 1780. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira. António Caetano do Amaral e a história portuguesa. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. XXX, Coimbra, 1983, p. 506.

<sup>37</sup> SERRA, José Correa. *Coleção de livros inéditos da história portuguesa*. Lisboa: Oficina da Academia, tomo I, 1790, p. 9 e 10.

<sup>38</sup> Ver *An universal history, from the earliest account of time*. Compiled from original authors; and illustrated with maps, cuts, notes, &c. With a general index to the whole. London: Printed for T. Osborne [etc.], 1736-1768, 65 volumes.

<sup>39</sup> Ver *Histoire universelle, depuis le commencement du monde jusqu'à présent*. Composée en Anglois par une Société de Gens de Lettres; Nouvellement Traduite en François par une Société de Gens de Lettres; Enrichie de Figures et de Cartes. Histoire Moderne. Tome Trente-Troisième. Contenant l'Histoire du Royaume de Portugal. Paris: Chez Moutard [etc.], 1785.

<sup>40</sup> Ver *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. Traduzida em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1788.

<sup>41</sup> A questão foi abordada em profundidade no artigo de ARAUJO, Valdeci Lopes de e Ramos, André da Silva. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History*. *Almanack*, v. 10, Guarulhos, 2015.

<sup>42</sup> MÜLLER, João Guilherme Cristiano. Discurso histórico. Pronunciado na Sessão Pública da Academia Real de Ciências de Lisboa em 24 de Julho de 1812. In: *Memórias de Matemática e Física da Academia R. das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, tomo III, parte II, 1814, p. 25.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 21, 26 e 52.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

projeto editorial britânico para o francês.<sup>39</sup> A *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos* foi precedida de um prefácio do tradutor e notas de rodapé, comprometidas com o estabelecimento de um diálogo crítico com as perspectivas enunciadas por letrados britânicos e franceses.<sup>40</sup> As enunciações de Moraes Silva nos paratextos procuram demonstrar como as políticas reformistas ilustradas em Portugal estavam em consonância com as demandas concebidas como civilizadas em vigor nas demais nações da Europa. Todavia, em geral, as intervenções de Moraes Silva evidenciam uma relativa confluência de demandas historiográficas entre Grã-Bretanha, França e Portugal, que pode ser constatada pela constante reedição da obra. Esta, de fato, foi concebida como um resumo, porém, significava um avanço em termos de composição historiográfica, por trazer uma síntese macronarrativa dos progressos do reino em longa duração, que ainda não havia sido produzida.<sup>41</sup>

A despeito das confluências historiográficas entre os membros da Academia e Southey, deve-se destacar o afastamento de importantes demandas caras ao letrado britânico e aos letrados portugueses. Southey demonstrou-se agradecido à disponibilidade de Müller em ajudá-lo em seu labor historiográfico, entretanto não tinha dúvidas em afirmar que a censura de livros era prejudicial para o progresso da literatura portuguesa como um todo. Para Southey, tanto a população quanto os letrados portugueses não podiam desenvolver completamente o “gênio”, pois os limites à livre circulação de obras não possibilitava a formação de um público leitor crítico e ampliado, que ultrapassasse os círculos letrados limitados das academias. Com efeito, ponderado esse viés crítico enunciado sobre a censura de livros em Portugal e expresso no texto de Southey, Müller procurou explicitar na advertência e nas notas presentes na “Memória sobre a literatura portuguesa” como os acadêmicos deviam proceder perante tais perspectivas críticas comumente veiculadas pelos letrados estrangeiros.

Como secretário da Academia, Müller escreveu memórias históricas que visavam mostrar o comprometimento da instituição com o progresso material e literário do reino no contexto das guerras peninsulares. Em seu “Discurso histórico” pronunciado em seção pública da Academia, em 24 de julho de 1812, o acadêmico demonstrou um grande apreço pela Grã-Bretanha, considerada a “mais polida, mais culta e mais invencível Nação”, já que a aliança com esta “Potência” foi fundamental para “despedaçar os grilhões, com que um poderoso Tirano aferrolhava a nossa liberdade civil e religiosa”.<sup>42</sup> Para ele, Napoleão foi um “tição destruidor da nossa terna sensibilidade”, “o mais bárbaro e feroz de todos os inimigos”, ou seja, o maior responsável pela instauração do “mais desgraçado de todos os tempos”.<sup>43</sup>

Nesse discurso Müller expõe de forma cétrica que o “tom geral” de sua contemporaneidade era o desrespeito a todos os valores.<sup>44</sup> Apesar do seu ceticismo, Müller se entusiasmava com a atuação literária da Academia nesse contexto de velozes transformações, intensificadas com as guerras napoleônicas. Para ele, “não há lei humana, nem vulto de instante tirano, que possa proibir o progresso das luzes”, pois a Academia, “nem nos tempos mais procelosos para a sua cara Pátria, se descuidou da manutenção desta verdadeira Dignidade Literária”.<sup>45</sup> O acadêmico ressaltou a atuação dos sócios, “que, à vista de serem tolhidas quase todas as vias, pelas quais nós podíamos colher frutos da Literatura moderna das nações coevas, se esmeraram em suprir esta falta com a publicação de parte dos abundantes

sucessos da remota antiguidade, ainda pouco acessíveis a grande numero de seus compatriotas".<sup>46</sup> Desse modo, em um contexto de crise caracterizado por radicais transformações, Müller concebia ser imprescindível tanto acompanhar a produção literária produzida contemporaneamente em outras nações, quanto manter intacto o apreço pelos clássicos da antiguidade.

Não somente na condição de secretário da Academia Müller empreendeu seus esforços literários. Como censor régio, o letrado também buscou atuar em prol dessa finalidade maior. Müller começou a exercer o cargo de censor em 1792, quando foi nomeado a deputado ordinário da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. A partir de 27 de agosto de 1795 passou a compor a Mesa do Desembargo do Paço, encarregada do estabelecimento da Censura Tríplice, em 1794, e da censura dos assuntos laicos. A Censura Tríplice era constituída pelo Tribunal do Santo Ofício, pelo Ordinário e pela Mesa do Desembargo do Paço. Enquanto aos censores do Desembargo do Paço cabia o exame dos escritos laicos, os censores do Santo Ofício e do Ordinário estavam incumbidos de zelar pela correção religiosa dos textos. A censura Tríplice vigorou entre 1794 e 1820, sendo precedida por outras formas de organização institucional, a saber, pela Real Mesa Censória (1768-1787) e Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros (1787-1794). Apesar das reconfigurações institucionais que perpassaram os reinados de Dom José I e Dona Maria I, Marcia Abreu expõe que "o controle sobre os livros mantinha inalteradas muitas de suas práticas" ao arrolarem "as condições políticas, religiosas e morais que levavam à reprovação de um texto".<sup>47</sup>

Müller escreveu inúmeras notas com propósito crítico ao texto de Southey. Elas documentam seu amplo conhecimento sobre a literatura clássica, portuguesa e britânica. Tais críticas abrangem questões que extrapolam a esfera política ao polemizar com Southey em assuntos concernentes à estética narrativa e a erudição. Segundo o vice-secretário da Academia, Francisco D'Aragão Morato, que escreveu o "Elogio histórico" de Müller, lido na Academia em 1815, este letrado começou a frequentar em Göttingen, em 1760, o curso de Humanidades. Em 1766, continuou esses estudos unidos aos de filosofia e aos de algumas línguas orientais no Arquiginásio Susatense, no qual quatro anos mais tarde defendeu a tese *De Studiis Veterum Grammaticis*. O acadêmico expõe como Müller era familiarizado com os estudos históricos, tendo em vista que o avô João David Köhler era professor ordinário de filosofia e de história na Universidade de Göttinger e o tio materno João Tobias Köhler ditava lições públicas de História na mesma cidade. Aragão Morato enfatizou a importância dos estudos clássicos de Müller, que legou

*algumas traduções em verso de várias Odes de Anacreonte, de Horácio, e de outros Poetas antigos; as quais têm sido justamente aplaudidas, não só pela feliz escolha dos originais, mas por serem feitas por um escritor que os seus patrícios reputavam clássico, e compostas numa língua, que pela natureza da sua construção gramatical, e pela sua particular prosódia, se presta mais do que nenhuma outra das modernas a este gênero de trabalho.*<sup>48</sup>

Esse gosto pelos clássicos da antiguidade, em grande medida, esclarece as críticas de Müller quanto às preferências estéticas de Southey, entusiasta dos escritos dos letrados dos séculos XIV, XV e XVI. Para deslegitimar as preferências estéticas do letrado britânico no tocante à

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

<sup>47</sup> ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 4, Uberlândia, out.-nov.-dez. 2007, p. 2. Para o aprofundamento dessa questão, ver VILLALTA, Luis Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume, 2006.

<sup>48</sup> D'ARAGÃO MORATO, Francisco Manoel Trigozo, *op. cit.*, p. 78.

<sup>49</sup> Ver *Memória sobre literatura portuguesa*, op. cit., p. 69 e 70.

<sup>50</sup> Ver FAIRIER, David. Southey's literary history. In: PRATT, Linda (org.). *Robert Southey and contexts of english romanticism*. Burlington: Ashgate, 2006.

<sup>51</sup> MÜLLER, José Guilherme Cristiano. Advertência preliminar. In: *Memória sobre literatura portuguesa*, op. cit., s./p.

<sup>52</sup> D' ARAGÃO MORATO, Francisco Manoel Trigozo, op. cit., 1816, p. 74 e 75.

literatura da sua própria nação, Müller fundamenta seus argumentos nas predicções literárias neoclássicas de Samuel Johnson (1709-1784)<sup>49</sup>, autor que era geralmente criticado por Southey em seus escritos.<sup>50</sup> No entanto, as recensões de Müller já se iniciam na “Advertência preliminar” que precede o texto. Segundo Müller, este fora composto para “familiarizar os ingleses com a literatura portuguesa”, contendo somente “resumos de livros neste idioma”, o que era lastimável. O censor destaca que tal escrito se diferenciava por se esforçar em “inculcar melhor conceito em seus compatriotas sobre o merecimento da Literatura Portuguesa”, partindo do princípio de que muitas obras de estrangeiros sobre Portugal colocavam em destaque o descompasso dessa nação com a Europa. Porém, apesar do autor do texto traduzido julgar “nossas produções literárias dignas de seu assíduo estudo e aplicação”, seus juízos deveriam ser corrigidos pelos “portugueses eruditos”. Portanto, em que pese reconhecer pontos positivos no texto, o censor escreve que a tradução não se justificava “porque estejamos em todos os pontos de acordo com o seu autor, nem tampouco porque o julgemos completo”, sendo seu objetivo apenas fazer os portugueses eruditos “saberem o conceito que novissimamente se forma em outros países cultos, do merecimento literário desta nação”.<sup>51</sup>

Müller leu a tradução do texto de Southey em uma seção da Academia em 1810, esperando que os membros da instituição “publica[ssem] suas próprias reflexões e parecer sobre este assunto”. A convocação de Müller reverberou em seu “Elogio histórico”: Aragão Morato destacou a importância da tradução do texto, ressaltando os erros relativos à erudição e preferências estéticas do letrado britânico.

*Este Ensaio, que entre muitas reflexões assinadas sobre o merecimento dos nossos Clássicos, tanto Poetas como Prosadores, contém cousas muito pouco exatas, e algumas demasiadamente pueris, como é a preferencia que da entre os Poemas Portugueses ao do Vieira Lusitano, não merecia a honra de ser traduzido por um sábio, que bem estava capacitado da imperfeição daquela Obra; mas ele considerou-a debaixo de outra relação, qual era ministrar aos Portugueses a ocasião de saberem o conceito, que então se formava em outros países cultos da Literatura da sua Nação; e dar-lhes azo de corrigirem os juízos de um Escritor estranho, que achou todavia nossas produções literárias dignas de estudo. Por isso o Tradutor querendo deixar este campo livre para nele se exercitarem os nossos Nacionais, só cuidou em combater ou ilustrar nas notas aquelas coisas, que acerca da mesma Literatura Estrangeira se haviam escrito no Ensaio com demasiada parcialidade, ou precipitação: o que era ir desafiar o inimigo nos seus mesmos entrincheiramentos, e oferecer-lhe um novo gênero de combate, que ele estava bem longe de esperar.*<sup>52</sup>

Uma grande motivação para as críticas de Müller ao ensaio de Southey foi combater as argumentações de que o Tribunal da Inquisição e os órgãos da censura eram instituições causadoras do atraso vigente em Portugal, por não permitirem a circulação dos avanços literários junto à população. Assim, ao traduzir e publicar o texto integralmente, ao lado de suas recensões, Müller procurou demonstrar o quanto a censura se adequava às demandas contemporâneas concebidas como civilizadas, principalmente após o novo regulamento de D. José I. Como censor régio, Müller não deixou de salientar as contribuições do seu ofício para o avanço da nação. Com efeito, desafiar um letrado britânico no âmbito das atribuições literárias da sua própria nação era uma forma de revelar os potenciais



literários de Portugal e de suas instituições. Sendo assim, o vice-secretário da Academia, Aragão Morato, aponta como a atitude de Müller podia ser surpreendente para o autor britânico, que, ao qualificar o Tribunal da Inquisição e os órgãos da censura como instituições arcaicas, “estava bem longe de esperar” que um censor pudesse “oferecer-lhe um novo gênero de combate”. Para Müller, a censura não se opunha ao desenvolvimento das letras em Portugal, porque a sua atuação ultrapassava questões restritas ao aspecto político e religioso. Nesse sentido, Marcia Abreu argumenta:

*as preocupações dos censores superavam em muito o exame da adequação dos livros aos padrões políticos, religiosos e morais do Reino. A qualidade da produção letrada lusitana parecia-lhes uma questão de Estado, por isso incluíam entre suas obrigações avaliar a correção e a qualidade das obras do ponto de vista técnico e estético, chegando, algumas vezes, a agir como revisores, propondo alterações no texto ou indicando grandes e pequenos erros de tradução, de ortografia e de elocução. Sentindo-se árbitros da cultura e compreendendo suas avaliações como atestados de qualidade dos escritos, produziam pareceres não apenas para corrigir e emendar os trabalhos, mas também para elogiar e incentivar, elaborando, algumas vezes, verdadeiros discursos laudatórios acerca dos livros que lhes competia censurar.<sup>53</sup>*

Márcia Abreu destaca que os órgãos da censura não foram instituídos exclusivamente para proibirem e exterminarem os livros, perspectiva cristalizada em estudos acadêmicos durante o século XX. De fato, a atuação de Müller evidencia o leque de possibilidades constitutivas do ofício do censor, que, no seu caso específico, tinha o intuito de demonstrar como Portugal possuía as condições para vir a ser ranqueado entre as nações promotoras do progresso literário. Para tanto, ele utilizou a publicação da tradução do texto de Southey para ratificar suas predicções políticas, literárias e historiográficas. Portanto, pode-se compreender que a tradução da *Memória sobre a literatura portuguesa* por Müller emergiu enredada nas demandas do reformismo ilustrado português, comprometidas, por sua vez, com a atualização do reino em relação aos avanços literários em vigor em outras nações da Europa, projeto que não prescindiu da recepção crítica e seletiva das obras estrangeiras, consideradas as particularidades das instituições de Portugal.

## Do encontro com o outro à multiplicação de perspectivas

Robert Southey e os membros da Academia Real de Ciências enfrentaram um desafio comum, ou seja, o de narrar a experiência da história de Portugal em uma macronarrativa erudita e filosófica. Todavia, tanto o projeto de Southey quanto os dos acadêmicos não foram bem-sucedidos. Desde meados do século XVIII, letrados portugueses e britânicos argumentavam que Portugal era uma nação decadente, que, por estar em descompasso com as demais nações européias, poderia vir a ser anexada pela Espanha.<sup>54</sup> Southey e os acadêmicos enfrentaram o desafio de escrever a história de uma nação que corria risco iminente de desaparecer. Afinal, como sistematizar a experiência da história de Portugal em uma macronarrativa estável, que abarcasse os progressos da nação ao longo das épocas, diante das sucessivas crises advindas com as invasões francesas, a Revolução Liberal e a fragmentação do Império Luso-brasileiro?

Southey não publicou os manuscritos relativos à parte europeia

<sup>53</sup> ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX, *op. cit.*, p. 11 e 12.

<sup>54</sup> Cf. CUNHA, Dom Luís da. Apêndice: parte final do manuscrito de Dom Luís da Cunha existente na Biblioteca da Ajuda. In: SANTOS, Estilague Ferreira dos. “*Todo o bem que a velha tem*”: o Brasil no pensamento diplomático português do século XVIII. Vitória: PPGHIS, 2005, e COSTIGAN, Arthur William. *Sketches of society and manners in Portugal: in a series of letters from Arthur William Costigan*. London: T. Vernor/Birchin-Lane/Cornhill, 1787. Hi

<sup>55</sup> Ver RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a experiência da História de Portugal*, op. cit.

<sup>56</sup> Ver AMARAL, Antonio Caetano do. Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa, apresentado na Academia das Ciências na Assembleia de 19 de Julho de 1780, op. cit.

<sup>57</sup> Ver RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a experiência da História de Portugal*, op. cit.

da sua monumental *História de Portugal*. O letrado encerrou somente a escrita da *História do Brasil*, que em 1808 tornou-se a sede do Império Luso-brasileiro. No entanto, Southey sempre alimentou maior interesse pela história do reino devido às possibilidades de orientação e deleite que poderiam emergir da narrativa dos eventos e processos associados à sua formação.<sup>55</sup> Vimos que ele reivindicou a grandiosidade do passado gótico e constitucional ibérico no contexto das guerras peninsulares como uma força fundamental a ser reatualizada nas batalhas contra Napoleão, ao passo que esteve permanentemente comprometido em seus escritos sobre Portugal com os debates concernentes à emancipação católica na Grã-Bretanha, opondo-se à possibilidade dos católicos serem elegíveis ao parlamento. Para Southey, a ascensão do catolicismo poderia provocar o retorno das guerras de religião na Grã-Bretanha, ocasionando sua decadência. Portanto, o letrado britânico nunca abriu mão das sátiras e ironias em suas narrativas sobre a prática do catolicismo em Portugal. Daí que o aprendizado com a experiência da história de Portugal processava-se através de uma perspectiva ambivalente, oscilando entre o reconhecimento da alteridade e o seu repúdio.

Por sua vez, o membro da Academia Real de Ciências, Antonio Caetano do Amaral, apesar de afirmar o progresso do reino no século XVIII em comparação com épocas passadas, enunciava o relativo descompasso do país em face dos demais da Europa, tendo em vista que os portugueses eram conhecidos pelas suas façanhas bélicas narradas pelos cronistas e não pelas suas virtudes pacíficas, que ainda não tinham sido sistematizadas em uma história erudita e filosófica, projetada pelo letrado e nunca finalizada.<sup>56</sup> Diante da ausência de uma obra de tal monta escrita por um historiador nacional, a Academia publicou a *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. No prefácio e notas à tradução, Moraes Silva demonstrou tanto o comprometimento com o avanço da literatura portuguesa, levando em conta a ausência de uma narrativa sintética do desenvolvimento do reino, quanto se comprometeu em defender suas instituições das críticas dos autores estrangeiros. A mesma perspectiva foi adotada por Müller na tradução do ensaio de Southey, já que ele procurou certificar o potencial da monarquia e suas instituições na promoção do progresso de Portugal. Todavia, mesmo que essas traduções contenham a ratificação da razão de Estado em seus prefácios, notas de rodapé ou de fim, elas não deixaram de expor o público acadêmico português a diferentes perspectivas sobre eventos e processos históricos.

A ambivalência constitutiva dos textos de Southey sobre Portugal também expunha os leitores britânicos a múltiplas perspectivas. Em certos momentos de suas narrativas, o letrado britânico visava excitar no leitor o deleite ou o reconhecimento da alteridade, em outras passagens, o riso debochado e a ojeriza. Entretanto, em muitas ocasiões a experiência da história de Portugal e seu império descortinavam perspectivas capazes de confrontar e relativizar a pretensa superioridade civilizacional britânica. Por intermédio da narrativa da *História do Brasil*, o público leitor britânico em muitos aspectos poderia reconhecer as vantagens do processo colonizador empreendido por Portugal em seus domínios, em contraposição às experiências britânicas na América e na Ásia.<sup>57</sup> Em seus relatos de viagens sobre Portugal ou obras de ficção, como a *Letters from England*, Southey também relativizou a pretensa superioridade da civilização britânica. Ao compará-la com a experiência da história ibérica, Southey sustentou em

várias situações que a “barbaridade” e o “fanatismo” do outro também vigorava na sociedade britânica, revelando, dessa forma, a decadência da natureza humana como um todo.

Assim, o texto “*Extratos em Português e em Inglês, com as palavras propriamente acentuadas para facilitar o estudo daquela língua*”, escrito em língua inglesa, e sua recepção quase imediata no mundo lusófono, para além de mostrar as múltiplas diferenças entre as demandas que cercavam o público letrado britânico e os acadêmicos portugueses, evidencia a impossibilidade da redução da experiência da história literária de Portugal a uma compreensão totalizante e harmonizadora em um contexto de crise. A necessidade da incorporação da perspectiva do outro, do seu julgamento e assimilação parcial, expressava, no limite, a impossibilidade da perfectibilidade das representações e a demanda por constante atualização em relação aos múltiplos desafios que emergiram em um mundo em radical transformação.

*Artigo recebido em agosto de 2017. Aprovado em outubro de 2017.*